

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(montante expressos em euros)

1. Nota introdutória

A ECALMA- Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, EM, SA é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com natureza municipal. Foi criada por proposta Nº 64/VIII de iniciativa da Câmara Municipal e aprovada em Reunião Camarária de 21/04/2004, iniciou a sua atividade em agosto de 2004, tem a sua sede na Rua Sociedade Filarmónica Incrível Almadense 5/7, em Almada.

A ECALMA é detida a 100% pelo Município de Almada (CMA) com sede na Rua Trigueiros Martel, n.º 1, 2800-213 Almada, o capital social é de 250 000€ encontrando-se realizado na totalidade.

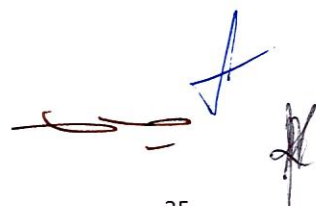
A empresa tem como objeto a promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, incluindo zonas de estacionamento gerais ou específicas, no subsolo ou à superfície; a fiscalização do cumprimento do Código da Estrada e legislação complementar e a gestão do Sistema de Mobilidade Inclusiva “Flexibus”, acessoriamente, compete, também, à empresa a identificação e remoção de veículos ocupando espaços públicos, em estacionamento indevido ou abusivo, com sinais de abandono, previstos no Código da Estrada, incluindo os designados veículos em fim de vida - VFV’s.

É dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regendo-se pelo regime jurídico da actividade empresarial local e das participações locais aprovado pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, pela lei comercial, pelos estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do estado.

A Administração entende que as demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros.

O Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Alterações ao Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa do período findo, fazem parte integrante do presente anexo, não devendo ser lidos separadamente.



2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras da empresa foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) Aprovado pelo DL 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo DL 98/2015, de 2 de junho.

2.2 Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, de acordo com os princípios contabilísticos e com as NCRF, geralmente aceites em Portugal.

2.3 Regime de acréscimo (periodização económica)

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime de acréscimo e são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados em "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

2.4 Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os "Impostos diferidos" e as "Provisões" são classificados como ativos e passivos não correntes.

2.5 Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

2.6 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.7 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.8 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

Conforme previsto na NCRF.3 as demonstrações financeiras incluem informação comparativa com referência a 31 de dezembro de 2016.

3. Principais políticas de reconhecimento e mensuração

As principais políticas de contabilidade adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem:

A) ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação destes ativos são registadas como gastos no período em que ocorrem.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

CLASSE DE BENS	ANOS
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	8 a 12
Equipamento transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos	4 a 8

B) ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

São registadas como gastos do período em que ocorrem as “*Despesas de investigação*” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

C) SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios são reconhecidos quando existe segurança de que a empresa cumprirá as condições a eles associadas e de que irão ser recebidos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos, são reconhecidos na rubrica Ajustamentos/Outras variações no Capital Próprio e imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante o período de vida útil dos ativos com os quais se relacionam. Os subsídios relacionados com o rendimento, isto é, subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos no ano.

D) IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais e segurança social durante um período de quatro anos, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão. A Administração da empresa entende, todavia, que eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de imposto não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

A ECALMA encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor da coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama municipal, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,25%, bem como a tributação autónoma sobre encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme o disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação se baseia no plano de negócios da empresa, periodicamente revisto e atualizado.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data de balanço, e que se estima que seja aplicável na data de realização dos impostos diferidos ativos ou na data de pagamentos dos impostos diferidos passivos.

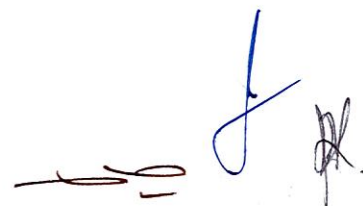
Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do período, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas diretamente nos capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

E) CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Estas rubricas constituem direitos a receberem pela venda de bens ou serviços no decurso normal da atividade da empresa, são reconhecidas ao custo, deduzido de ajustamentos por imparidade, quando aplicável.

F) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta rubrica inclui caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, que podem ser imediatamente mobilizáveis a curto prazo de alta liquidez e com cotação, estando, por isso, valorizados pelo justo valor, com variações anuais em resultados.



G) PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, desde que materialmente relevante, deve ser reconhecida, sendo-o como um gasto financeiro.

H) FORNECEDORES E OUTRAS DIVIDAS A PAGAR

As rubricas “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor.

I) RÉDITO E REGIME DE ACRÉSCIMO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável e seja provável a obtenção de benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda sejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação de serviços.

O rédito referente aos autos de contraordenação enviados para a Autoridade Nacional Rodoviária (ANSR) apenas é reconhecido no momento em que estes são validados pela entidade reguladora.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva, durante o período até à maturidade.



J) PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A participação financeira da AGENEAL – Agência Municipal de Energia detida pela ECALMA é mensurada ao custo de aquisição.

L) BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados, a curto prazo, são reconhecidos como gasto no período.

Os gastos a curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a segurança social e benefícios não monetários (seguros de saúde, estomatologia e vida). O seguro de saúde inclui benefícios proporcionados quer aos empregados quer aos seus dependentes e cônjuges e podem ser liquidados por pagamentos feitos diretamente pelos empregados.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no ano seguinte, pelo que os gastos correspondentes são reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Os benefícios decorrentes de cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

M) ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

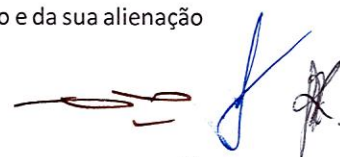
Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço e/ou proporcionem informação sobre as condições que ocorram após a data do balanço são refletidos e/ou divulgados nas demonstrações financeiras, se materiais. Não foram identificadas situações que coloquem em causa a continuidade da empresa.

N) IMPARIDADE DE ATIVOS

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação



no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

O) CAPITAL SOCIAL

As ações são classificadas em capital próprio. Os custos diretamente alocados à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução líquida de impostos ao valor recebido resultante dessa emissão. Os custos diretamente atribuídos à emissão de novas ações ou opções ou para aquisição de um negócio são incluídos no custo de aquisição como parte do valor de compra.

P) JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e suposições efetuadas pela Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- I) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis
- II) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber
- III) provisões
- IV) estimativa de imposto
- V) estimativa de férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento, existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas de forma prospetiva.



4. Caixa e depósitos bancários

Para efeitos de caixa e equivalentes, são considerados os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria. A rubrica “Caixa e depósitos bancários” em 31-12-2017 e em 31-12-2016, apresenta o seguinte detalhe:

Designação	31.dez.2017	31.dez.2016
Caixa	29 155,65	20 217,96
Depósitos à ordem	230 071,55	209 563,74
Outros depósitos bancários	-	47 360,67
	259 227,20	277 142,37

Os meios financeiros encontram-se disponíveis para uso.

5. Investimentos financeiros

Nesta rubrica inclui, em parte, a participação no património associativo nominal da AGENEAL – Agência Municipal de Energia de Almada por parte da ECALMA, sendo esta detentora de 0.38% (997,60€).

Os investimentos financeiros são, ainda, compostos pelo Fundo de Compensação de Trabalho (FCT) no valor de 4 838.90 €. O FCT é um fundo autónomo, dotado de personalidade jurídica e gerido por um Conselho de Gestão. É um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais, o valor do fundo corresponde à entrega por parte do empregador do valor de 0,925% de retribuição base e diuturnidades durante o período de execução do contrato, exceto nos períodos em que não ocorra contagem de antiguidade. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.



6. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações, nos exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

Ativo Bruto									
	Saldo em 01.jan.2016	Aquisições	Abates	Correções/ Transf.	Saldo em 31.dez.2016	Aumentos	Abates	Correções/ Transf.	Saldo em 31.dez.2017
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções	178 775,73			13 467,30	192 243,03	8 680,00			200 923,03
Equipamento básico	1 033 178,66	73 050,00	17 534,12		1 088 694,54	74 631,90			1 163 326,44
Equipamento de transporte	88 289,13				88 289,13	1 537,64			89 826,77
Equipamento administrativo	192 290,79	40 460,80	8 117,18	(1 877,15)	222 757,26	5 094,60			227 851,86
Activos fixos tangíveis em curso	13 467,30			(13 467,30)	-	-			-
Outros activos fixos tangíveis	14 945,76		701,05		14 244,71	18 498,00		(160,00)	32 582,71
	1 520 947,37	113 510,80	26 352,35	(1 877,15)	1 606 228,67	108 442,14	-	(160,00)	1 714 510,81

Depreciações Acumuladas									
	Saldo em 01.jan.2016	Aquisições	Abates	Correções/T ransf.	Saldo em 31.dez.2016	Aumentos	Abates	Correções/ Transf.	Saldo em 31.dez.2017
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções	147 583,31	14 077,42			161 660,73	20 997,32			182 658,05
Equipamento básico	748 802,72	83 126,37	17 534,12	(243,33)	814 151,64	66 095,28			880 246,92
Equipamento de transporte	79 125,12	2 446,08			81 571,20	2 670,28			84 241,48
Equipamento administrativo	171 285,53	14 975,05	8 117,18	(253,73)	177 889,67	22 047,98			199 937,65
Outros activos fixos tangíveis	12 753,08	990,20	701,05		13 042,23	3 171,32			16 213,55
	1 159 549,76	115 615,12	26 352,35	(497,06)	1 248 315,47	114 982,18	-	-	1 363 297,65

ATIVO LIQUIDO	361 397,61				357 913,20				351 213,16
----------------------	-------------------	--	--	--	-------------------	--	--	--	-------------------

Os aumentos registados nas subcontas dos ativos fixos tangíveis de equipamento básico e outros ativos fixos tangíveis, refletem a aquisição de novos parquímetros e de empilhador para a atividade de remoção de VFP's. respetivamente.

7. Ativos fixos intangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações, nos exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

ECALMA – Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada EM SA

Ativo Bruto									
	Saldo em 01.jan.2016	Aquisições	Abates	Correções/ Transf.	Saldo em 31.dez.2016	Aquisições	Abates	Correções /Transf.	Saldo em 31.dez.2017
Programas de computador	-	4 249,04			4 249,04				4 249,04
	-	4 249,04	-	-	4 249,04	-	-	-	4 249,04

Depreciações Acumuladas									
	Saldo em 01.jan.2016	Aquisições	Abates	Correções/ Transf.	Saldo em 31.dez.2016	Aquisições	Abates	Correções /Transf.	Saldo em 31.dez.2017
Programas de computador	-	262,87			262,87	424,92			687,79
	-	262,87	-	-	262,87	424,92	-	-	687,79

ATIVO LIQUIDO	-				3 986,17				3 561,25
----------------------	---	--	--	--	-----------------	--	--	--	-----------------

8. Clientes

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as rubricas de “Clientes”, registava os seguintes saldos:

	31.dez.2017	31.dez.2016
Clientes conta corrente		
Saldos não vencidos	20 129,84	8 260,66
Saldos vencidos (31-60 dias)	-	1 726,48

9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, registava os seguintes saldos:

	<u>31.dez.2017</u>		<u>31.dez.2016</u>	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre rendimento pessoas coletivas				
PPC (pagamentos por conta) e PEC (pagamentos especiais por conta)	15 170,75	-	16 112,56	-
Retenção na fonte	16,28	-	15,78	-
Estimativa de imposto (nota 8)	-	3 165,25	-	1 537,79
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	5 606,00	-	5 073,00
Imposto sobre o rendimento profissionais	-	1,40	-	346,35
Imposto sobre prediais	-	1 250,00	-	625,00
Imposto sobre o valor acrescentado	-	24 034,61	-	15 875,79
Contribuição para a Segurança Social	-	23 695,24	-	23 209,34
Outras tributações - FCT e FGCT	-	5 231,24	-	-
TOTAL	15 187,03	62 983,74	16 128,34	46 667,27

Em observação do Decreto-Lei 543/80 de 7 de novembro, informamos que a Empresa apresenta a sua situação tributária regularizada perante a Autoridade Tributária, bem como a situação contributiva perante a Segurança Social.

10. Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica “Outros créditos a receber” tinha a seguinte decomposição:

	<u>31.dez.2017</u>	<u>31.dez.2016</u>
Operações com o pessoal	1 208,79	967,19
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Facturação a emitir	1 321,37	6 295,92
Outros Devedores	11 898,28	3 544,03
Fornecedores (saldos devedores)	1 985,70	2 407,43
	<u>16 414,14</u>	<u>13 214,57</u>

A rubrica “Devedores por Acréscimo de Rendimentos” inclui o valor das contraordenações, referentes a dezembro, a receber da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica “Outras dívidas a pagar” tinha a seguinte decomposição:



	<u>31.dez.2017</u>	<u>31.dez.2016</u>
Fornecedores de investimentos	2 432,94	23 707,27
Credores por acréscimos de gastos	174 697,33	132 330,04
Outros Credores	94 449,60	103 008,49
	<u>271 579,87</u>	<u>259 045,80</u>

A rubrica “Credores por Acréscimos de Gastos”, no período findo em 31/12/2017, inclui o valor das estimativas de remunerações referentes a férias e subsídio de férias.

Na rubrica “Outros Credores” consta, essencialmente, a percentagem de valor de coimas cobradas pela empresa a entregar às entidades ANSR (10%) e AT (35%), no valor total de 72 688,87 €. Inclui, ainda, valores que se relacionam com subsídios ao investimento – passivos por impostos diferidos, no valor de 9 032,43 €, por via das depreciações de investimentos financiados em anos anteriores pelo Município de Almada. O subsídio ao investimento recai sobre ativos tangíveis com vida útil definida.

11. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo e passivo forma como se segue:

	<u>31.dez.2017</u>	<u>31.dez.2016</u>
Diferimentos (Ativo)		
Seguros pagos antecipadamente	8 450,60	10 883,95
Assistência técnica	5 997,65	5 481,17
Outros gastos a reconhecer	9 082,88	4 668,12
	<u>23 531,13</u>	<u>21 033,24</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	11 360,97	14 324,72
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
	<u>11 360,97</u>	<u>14 324,72</u>

A rubrica “Outros Gastos a Reconhecer” inclui: o pagamento da renda do parque de Viaturas em Fim de Vida (VFFV's) sito na Cova da Piedade, referente ao mês de janeiro de 2018 e gastos de serviços de vigilância entre outros.

A rubrica “Rendimentos a Reconhecer”, inclui, na sua totalidade, o valor pago pelos utentes dos parques de estacionamento, que ainda se encontra por reconhecer como Rendimento.

12. Instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2017 o capital da Empresa encontra-se totalmente subscrito e realizado, pela pessoa coletiva Câmara Municipal de Almada detentora de 100% do capital, no montante de 250.000,00€.

Os estatutos da ECALMA estabelecem na alínea a) do artigo 29º, que, no mínimo, 10% do resultado anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos ou incorporadas no capital.

Nos períodos de 2017 e 2016, o capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

	<u>31.dez.2017</u>	<u>31.dez.2016</u>
Capital realizado	250 000,00	250 000,00
Reservas Legais	1 444,26	859,40
Outras reservas	5 407,20	5 407,20
Resultados transitados	1 876,68	1 876,68
Outras variações no capital próprio	31 562,75	69 072,31
Resultado líquido do período	1 156,58	584,86
	<u>291 447,47</u>	<u>327 800,45</u>

Na reunião da Câmara Municipal de Almada, realizada em 13 de abril de 2017 foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse aplicado na sua totalidade para Reservas Legais.

Ao abrigo do artigo 40º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira por parte da Câmara Municipal de Almada, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa.

Na rubrica “Ajustamentos/Outras variações no capital próprio” estão incluídos valores que se relacionam com subsídios ao investimento – passivos por impostos diferidos. Representando o valor de 9 032,43 € e 19 995,79 €, nos períodos de 2017 e de 2016, respetivamente, redução justificada por via das depreciações de investimentos financiados em anos anteriores pelo Município de Almada.



13. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as rubricas de “Fornecedores”, registava os seguintes saldos:

	<u>31.dez.2017</u>	<u>31.dez.2016</u>
Fornecedores, Conta Corrente		
Saldos não vencidos	44 636,58	25 355,86
Saldos vencidos (31-60 dias)	13 091,61	27 238,72
	<u>57 728,19</u>	<u>52 594,58</u>

14. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa, nos exercícios económicos findos em 31 de dezembro de 2017 e no período homologado de 2016, é detalhado conforme se segue:

	<u>31. dez.2017</u>	<u>31. dez.2016</u>
Venda de bens	76 934,93	36 269,49
Veículos em fim de vida	76 934,93	36 269,49
Prestação de serviços	1 726 540,48	1 368 190,90
Parquímetros	503 779,10	424 714,72
Parques de estacionamento	440 065,87	460 916,53
Fiscalização	781 233,28	480 371,84
Flexibus	1 462,23	2 187,81
	<u>1 803 475,41</u>	<u>1 404 460,39</u>
Juros credores	65,11	63,06

15. Subsídios

A rubrica de subsídios é detalhada da seguinte forma:



ECALMA – Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada EM SA

	Balço		Demonstração de resultados			
	Capital próprio		Imputação de subsídios		Subsídios à exploração	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Subsídios relacionados com activos	31 562,75	69 072,31	48 472,92	64 048,16	-	-
Subs P/ Investimentos	31 562,75	69 072,31	48 472,92	64 048,16		
Subsídios à exploração	-	-	-	-	297 000,00	297 000,00
Parques CMA					155 000,00	155 000,00
Flexibus					62 000,00	62 000,00
Residentes					80 000,00	80 000,00
	31 562,75	69 072,31	48 472,92	64 048,16	297 000,00	297 000,00

16. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi o seguinte:

	31.dez.2017	31.dez.2016
Serviços especializados	201 548,90	172 917,02
Trabalhos especializados	140 054,88	102 124,44
Publicidade e propaganda	1 112,28	4 686,50
Vigilância e segurança	3 649,29	5 796,27
Honorários	18 521,67	30 232,00
Conservação e reparação	18 790,03	15 857,52
Serviços bancários	18 484,30	11 611,76
Outros	936,45	2 608,53
Materiais	29 479,70	32 823,27
Ferramentas e utensílios	14 212,31	15 526,50
Livros e documentação técnica	889,23	261,04
Material de escritório	11 272,86	12 636,88
Artigos para oferta	1 773,82	1 756,57
Cartões parques	1 331,48	2 156,28
Cartões titulos transporte . Flexibus	-	486,00
Outros	-	-
Energia e fluidos	66 370,68	63 684,62
Eletricidade	50 164,50	49 649,93
Combustíveis	13 098,59	11 204,86
Água	3 107,59	2 829,83

Deslocações, estadas e transp.	614,97	570,28
Serviços diversos	260 228,20	143 609,96
Rendas e alugueres	36 107,64	34 763,22
Comunicação	179 551,99	79 711,43
Seguros	11 062,02	11 184,12
Contencioso e notariado	30 316,22	12 590,40
Despesas de representação	627,95	447,40
Limpeza, higiene e conforto	2 562,38	4 913,39
	558 242,45	413 605,15

A subconta trabalhos especializados inclui, entre outros, serviços/contratos de assistência técnica e subcontratação do serviço de impressão de autos de contraordenação.

Na subconta de serviços diversos, além dos contratos de comunicações fixos/móveis/internet, o aumento registado nesta rubrica relaciona-se diretamente com o serviço de impressão de autos, isto é, a consequente expedição por correio.

17. Gastos com o pessoal

A rubrica “Gastos com pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é detalhada como se segue:

	31.dez.2017	31.dez.2016
Remunerações Órgãos Sociais	58 520,01	36 825,24
Remunerações do pessoal	1 088 164,54	913 591,19
Encargos sobre Remunerações	247 029,78	204 480,13
Seguro Acidentes Trabalho	12 907,19	8 488,42
Outros gastos com Pessoal	59 080,51	69 084,82
	1 465 702,03	1 232 469,80
	31.dez.2016	31.dez.2016
Benefício de curto prazo (*)	1 448 885,40	1 219 779,48
Outros benefícios (**)	16 816,63	12 690,32
	1 465 702,03	1 232 469,80

(*) inclui remunerações Órgãos Sociais e Pessoal, encargos, gastos ação social, fardamento, formação, serviços SHST, ACSS-SNS

(**) Seguro de vida e saúde

Os benefícios dos empregados reconhecidos na demonstração de resultados são exclusivamente de curto prazo.



A ECALMA, no exercício de 2017, aumentou o seu quadro de pessoal com novas contratações (nomeadamente, Agentes de estacionamento). Consequentemente, gerou um aumento das remunerações do pessoal e encargos.

Procedeu-se, ainda, aumento na estimativa de férias e subsídio de férias.

O número médio de trabalhadores ativos ao serviço no exercício de 2017 foi de 94 e em 2016 foi de 81.

18. Outros rendimentos e outros gastos

A rubrica “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, teve a seguinte decomposição:

	<u>31.dez.2017</u>	<u>31.dez.2016</u>
Descontos pp obtidos	-	268,78
Outros rendimentos e ganhos	<u>57 377,09</u>	<u>73 630,79</u>
Correções relativas a períodos anteriores	953,57	8 537,67
Imputação de subsídios p/ investimentos	48 472,92	64 048,16
Outros rendimentos	7 950,60	1 044,96
	<u>57 377,09</u>	<u>73 899,57</u>

Na rubrica “Outros rendimentos” estão incluídos, essencialmente, valores que se relacionam com imputação de subsídios para investimento no valor de 48 472,92€ e 64 048,16€, nos períodos de 2017 e de 2016, respetivamente, por via das depreciações de investimentos financiados em anos anteriores pelo Município de Almada.

Os “Outros gastos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram como segue:

	<u>31.dez.2017</u>	<u>31.dez.2016</u>
Impostos	4 255,24	679,67
Descontos de pronto pagamento concedidos	587,32	-
Outros gastos e perdas	<u>9 401,64</u>	<u>11 164,82</u>
Correções relativas a períodos anteriores	2 682,59	6 639,75
Outros gastos	6 719,05	4 525,07
	<u>14 244,20</u>	<u>11 844,49</u>

Na rubrica “descontos de p.p. concedidos” incluem-se os descontos atribuídos aos comerciantes nos parques subterrâneos Conde Ferreira e Capitão Leitão.

Na rubrica “Outros gastos” estão incluídos valores de comissões, multas, coimas e outras despesas.

19. Gastos de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como se segue:

	<u>31.dez.2017</u>	<u>31.dez.2016</u>
Activos Fixos Tangíveis		
Edifícios e outras construções	20 997,32	14 077,42
Equipamento básico	66 095,28	82 883,04
Equipamento de transporte	2 670,28	2 446,08
Equipamento administrativo	22 047,98	14 721,32
Outros activos fixos tangíveis	3 171,32	990,20
Activos Fixos Intangíveis		
Programa de computador	424,92	262,87
	<u>115 407,10</u>	<u>115 380,93</u>

20. Imposto sobre o rendimento

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a reconciliação entre a taxa de Imposto sobre o Rendimento e a taxa efetiva de imposto, foi a seguinte:

	<u>31.dez.2017</u>	<u>31.dez.2016</u>
Imposto corrente	3 165,25	1 537,79
Reconciliação entre Resultado Antes de Impostos e Imposto a Pagar		
	<u>31.dez.2017</u>	<u>31.dez.2016</u>
Resultados Antes de Impostos	<u>4 321,83</u>	<u>2 122,65</u>
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	3 304,84	1 170,81
Multas, coimas, juros compensatórios	2 262,89	1 213,21
Outros acréscimos ao rendimento tributável	2 980,57	1 931,24
Outros decréscimos ao rendimento tributável	(953,57)	-
Lucro Tributável	<u>11 916,56</u>	<u>6 437,91</u>
Reporte de prejuízos fiscais	8 341,59	4 506,54
Matéria Coletável	<u>3 574,97</u>	<u>1 931,37</u>
Impostos à taxa em vigor	750,74	405,59
Tributação Autónoma	2 265,55	1 806,85
Derrama	148,96	93,35
Outros	-	768,00
Imposto estimado/corrente	<u>3 165,25</u>	<u>1 537,79</u>

21. Partes relacionadas

Os termos ou condições praticadas entre a ECALMA e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que, normalmente, seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

A Remuneração do Pessoal Chave da Gestão em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi a seguinte:

	<u>31.dez.2017</u>	<u>31.dez.2016</u>
Conselho de Administração		
Remunerações	<u>58 520,01</u>	<u>36 825,24</u>
Remunerações	39 785,61	34 842,68
Despesas de representação	18 734,40	1 982,56
Encargos	<u>13 668,60</u>	<u>8 554,36</u>
	<u>72 188,61</u>	<u>45 379,60</u>

No exercício de 2017, os saldos e transações mantidos com partes relacionadas – Câmara Municipal de Almada, detentora da totalidade do capital social – respeitam, essencialmente, à atividade operacional.

As transações mais significativas efetuadas com esta entidade referem-se a Subsídios à Exploração.

Relativamente aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, as transações realizadas referem-se a consumos de água nos parques de estacionamento e aquisição, por parte dos SMAS, de avenças de estacionamento nos parques de estacionamento sitos na Av. Bento Gonçalves e na Rua Capitão Leitão.



Transações	31.dez.2017	31.dez.2016
SMAS		
. Abastecimento de Água	3 107,59	2 829,83
. Venda de avenças parques estacionamento BG e CL	3 804,88	-
Câmara Municipal de Almada		
. Subsídios à Exploração	297 000,00	297 000,00
. Venda de títulos Flexibus	609,00	831,00
. Venda de títulos parquímetros (Raspadinhas)	-	425,00
. Aferição metrológica parquímetros	663,29	1 350,72
. Inspeção de elevadores parques estacionamento	402,03	439,16
. Desconto para ACSS/SNS	20 617,92	25 293,60
. Festival "Sol da Caparica"	3 616,20	4 240,00
. Parque estacionamento Av D Afonso Henriques	8 716,06	-
Saldos	31.dez.2017	31.dez.2016
SMAS		
. Abastecimento de Água	302,32	184,76
. Venda de avenças parques estacionamento BG e CL	720,00	-
Câmara Municipal de Almada		
. Venda de títulos Flexibus	101,00	78,00
. Aferição metrológica parquímetros	-	(47,81)
. Parque estacionamento Av D Afonso Henriques	10 720,76	-

22. Acontecimentos após a data do balanço

Na presente data, o Conselho de Administração da ECALMA não tem conhecimento de quaisquer fatos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2017 que justifiquem ajustamentos ou divulgações nestas demonstrações financeiras. Após a data do balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos que dessem lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras da empresa.

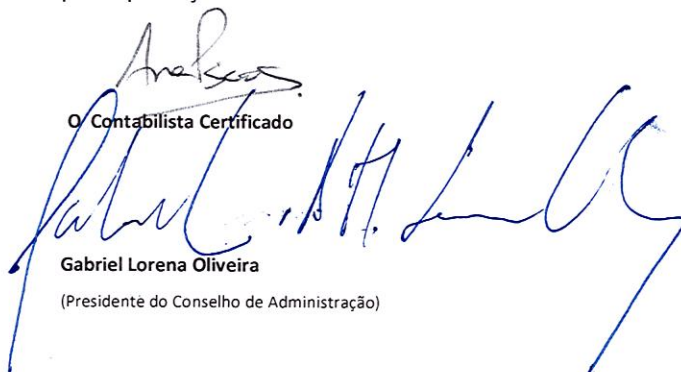
23. Proposta de aplicação de resultados


No exercício de 2017 apurou-se o Resultado Líquido de 1 156,58 euros, propondo-se que 100% seja transferido para reservas legais. Em conformidade com o disposto alínea f) do artº66 do Código das


Sociedades Comerciais, e tendo em consideração os demais preceitos legais bem como os objetivos apresentados neste relatório. O valor a transferir para reserva legal é para dar cumprimento ao estipulado no artigo 295 do Código das Sociedades Comerciais.

24. Data de Autorização para Emissão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 05 de abril 2018, sendo posteriormente remetidas ao Município de Almada para aprovação.


O Contabilista Certificado
Gabriel Lorena Oliveira
(Presidente do Conselho de Administração)


Inês de Medeiros
(Vogal do Conselho de Administração)


Filipe Pacheco
(Vogal do Conselho de Administração)